

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

VERA LÚCIA L.B. ECHENIQUE^a

ECHENIQUE, V.L.L.B. Formação profissional. *Semina*, Londrina, v. 11, n. 3, p. 150-153, set. 1990.

RESUMO

O texto apresenta uma discussão sobre a formação profissional, o preparo de mão-de-obra qualificada e o papel da universidade frente a essa formação, considerando a realidade desenvolvimentista atual.

PALAVRAS-CHAVE: *Ensino superior; Formação profissional.*

Uma série de valores giram em torno da formação profissional, tornando maior ou melhor o seu significado, de acordo com cada momento histórico vivido pela sociedade. No Brasil, esses valores tem sido, preponderantemente vinculados ao sentido econômico, o que reflete o período e as circunstâncias que levaram ao surgimento da formação profissional.

Assim, em 1946, começaram a surgir legislações sobre a formação profissional, para atender as necessidades de qualificação profissional para o comércio e serviços, visando responder, principalmente, às demandas de modernização

crecente das atividades econômicas terciárias, consequência do processo de industrialização.

A formação profissional, para alguns autores, baseava-se nas idéias de que diversificando e expandindo a produção, os sistemas de comercialização tradicionais deveriam ser modificados, e para isso era necessário habilitar mão-de-obra a ser utilizada nos novos empregos oferecidos. O indivíduo conseguiria um potencial de habilidades técnicas, destrezas, comportamentos e atitudes necessárias ao desempenho no trabalho, graças à formação profissional.

Posteriormente, a época do chamado "milagre brasi-

a - Departamento de Educação / CECA - Universidade Estadual de Londrina

leiro", passou-se a creditar à formação profissional outros valores, tais como fonte criadora de emprego e renda.

"É inegável que a formação profissional tornou-se a principal fonte de habilidades técnicas para a preparação de talentos especializados. ... Todavia, os laços entre a formação profissional e o suprimento de habilidades sejam muito estreitos, jamais podem ficar circunscritos às considerações puramente técnicas (Cunha, 1984, p. 45).

Porém, nos parece, que para o desempenho dos níveis ocupacionais socialmente mais prestigiados, é necessário um domínio muito maior de habilidades gerais ligadas ao intelecto, enquanto a destreza manual é necessária para os empregos de menor prestígio.

A formação profissional deve ser vista como vivência do papel social desse desempenho e não como simples engajamento a uma ocupação. Na opinião de Cunha, "dessa forma, estará enriquecendo a proposta de treinamento vocacional, no sentido não só de fornecer, através de suas iniciativas, habilidades e práticas que precisam ser dominadas para o bom desempenho ocupacional, mas incluindo o princípio igualmente importante da independência pessoal, da necessidade de improvisar, com todas as implicações de julgamento, inteligência e liberdade" (1984, p. 51).

Assim, cabe a universidade uma grande responsabilidade na formação dos indivíduos para as mais diversas atividades e profissões, de forma a atender as exigências específicas de cada uma delas, e, ao mesmo tempo, atender às exigências e necessidades da comunidade e do mercado de trabalho.

É necessário um conhecimento amplo, profundo e rigoroso da realidade sobre a qual se exerce a ação transformadora, num processo de aproximação e, ao mesmo tempo de integração e articulação, para que se adequem as forças escolares em sua atividade formadora às condições e necessidades da sociedade.

O comportamento humano não resulta apenas da ação da inteligência, mas também de sua combinação com outras características da personalidade. Assim, o resultado do trabalho de formação profissional realizado pela universidade é consequência não só das suas atividades, mas também das características do alunado e da sociedade.

A determinação das necessidades, em cada profissão deve ser o resultado de estudos de mercado, empreendidos por setores diversos da sociedade, entre as quais as universidades, e colocados à disposição das instituições de ensino superior, a fim de que essas estabeleçam seus currículos e cursos, segundo as necessidades das diferentes carreiras profissionais. "A contribuição potencial à sociedade e à realização pessoal no trabalho estarão melhor asseguradas se se aplicar o princípio de adequação da escolha profissional às necessidades sociais no processo de seleção de novos candidatos para as diversas carreiras profissionais" (Santos Filho, 1983).

A escolha vocacional não é apenas um momento, mas um processo de desenvolvimento que se estende da infância à vida adulta. Em qualquer parte do processo, no entanto,

essa escolha resultará da integração entre dois conjuntos de fatores: um conjunto de preferências pessoais e um conjunto de expectativas ou estimativas que o indivíduo faz acerca de suas possibilidades de concretizar suas preferências.

"Acreditar que a inteira responsabilidade pela auto-realização individual, ou pelo ajustamento pessoal ou pelo caráter ético, ou pela reconstrução social deva ficar com as escolas é tão presunçoso quanto insensato" (Ebel apud Oliveira, 1976).

Em nossa sociedade, o significado do diploma está vinculado não ao saber que lhe é próprio, mas ao privilégio, aos status social e profissional, encobrendo muitas vezes a incompetência e a precária produção social.

Não se pode estabelecer um currículo para a educação com base apenas em critérios técnicos ou científicos. O currículo representa uma opção político-filosófica que, refletindo tendências culturais e econômicas de seu tempo, determina as formas de educação.

Na opinião de Mannheim, apud Cunha, "a formação profissional, absorvendo os princípios da educação democrática, amplia a tradição do ensino técnico, alargando seu conceito, já que propiciará à sua clientela compreender melhor a realidade política, social e econômica do mundo do trabalho, desenvolvendo suas próprias concepções e faculdades criadoras e ao mesmo tempo utilizando socialmente esses elementos" (1984, p. 51).

A dinâmica da civilização atual e seus fins essenciais não podem aclarar-se mediante o uso exclusivo de técnicas, métodos e disciplinas pedagógicas, por mais valiosas e úteis que sejam. A educação, como finalidade requer que se coloque o problema da natureza e destino do homem, do sentido da vida; por isso, se afirma que uma filosofia da educação requer uma filosofia de vida.

As mudanças que se produzem na estrutura da vida social, como os grandes inventos, as profundas transformações econômicas e sociais e o aumento das forças construtivas ou destrutivas que o homem ainda não pode dominar, requerem todo um novo programa educacional que se ajuste a essas circunstâncias, mas com um sentido filosófico, com uma interpretação da vida humana, que orienta essas mudanças até o progresso e a liberdade, de maneira que o homem nunca possa chegar a converter-se em escravo de suas próprias invenções, nem que seus inventos e progressos alcançados sirvam para escravizar a Humanidade.

"A análise do que produz o sistema escolar pode ser feita a partir de suas funções historicamente observáveis. Poder-se-ia postular que a escola busca preparar cidadãos para a vida em sociedade. Nesta busca, diante do objetivo da eficiência nas relações entre escola e sociedade, uma das suas funções seria preparar para o mundo do trabalho. Haveria, então procura de uma correspondência entre educação e trabalho" (Velloso, 1980, p. 143).

A universidade é, então, chamada ao exercício de um papel integrado e integrador da política geral de desenvolvi-

mento econômico e social. É a universidade chamada a desempenhar um papel não apenas de fusão social, não apenas de difusão de valores, de formação intelectual e moral da sociedade, e de desenvolvimento cultural e científico, mas deve responder também, de modo efetivo, ao processo criativo de desenvolvimento econômico e social.

A que necessidades deve a universidade responder?

No campo da ciência e da tecnologia deve a universidade pesquisar, desenvolver e adaptar tecnologias capazes de responder às necessidades da produção, para racionalização do processo produtivo, com o conseqüente incremento e crescimento das taxas de produtividade.

No campo do trabalho, a universidade deve desenvolver recursos humanos identificados com mão-de-obra especializada e qualificada para o exercício de funções produtivas, bem como para o exercício de funções diretivas, de gerência, liderança e supervisão nas diversas unidades da empresa produtiva.

Assim dimensionado, coloca-se à tona a profunda articulação que deve haver entre o processo de desenvolvimento e a universidade, sem esquecer das tarefas mais clássicas da universidade, como a produção cultural e a ciência pura.

Na universidade, de um modo geral, se constata que há uma consciência sendo feita, uma tecnologia sendo aprimorada, uma realidade sendo construída, nos laboratórios, nas salas de aula, nos centros de pesquisa, nos grupos de discussão. Assim, as contradições inerentes ao desenvolvimento da realidade nela devem estar presentes, manifestando-se em seu interior as contradições do econômico, do político e do cultural.

É oportuno lembrar aqui, as palavras de Einar Kok, vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Base, em artigo publicado na Folha de São Paulo: "Um dos pontos críticos do desenvolvimento industrial brasileiro reside na geração, absorção e aplicação de novas tecnologias. ... A recepção de tecnologia, a ser feita pelo corpo técnico da empresa, pressupõe um preparo adequado que tem como fundamento as universidades e os institutos de pesquisa. A responsabilidade das universidades é maior de todas, pois a elas cabe a preparação do pessoal habilitado não só a acompanhar processos de transferência e absorção, para deles fazer o melhor uso possível, como simultaneamente formar aqueles que se responsabilizarão pela geração da própria tecnologia do país. As univer-

sidades e institutos de pesquisa são eles próprios geradores da genuína tecnologia nacional, ponto de partida para a nova etapa de desenvolvimento brasileiro" (1987, p. A3).

Em razão da mobilidade da vida moderna, da aceleração dos acontecimentos, o melhor é nunca estancar a formação do homem para que ele invente, pouco a pouco, o seu amanhã, com conhecimento, imaginação, coragem e encontre depressa soluções desconhecidas. Assim, ao invés de apenas adaptar-se às mudanças, ele passará a influenciá-las, como controlador natural do seu destino.

"O homem não pode, pois, restringir sua educação a uma única faixa de vida, nem receber de uma só vez tudo aquilo de que precisará; como ser contínuo e inacabado, lançado num mundo instável, faz-se mister que se eduque permanentemente, todos os dias" (Lima, 1974, p. 24-25).

Em nosso meio, muitos problemas relacionados com o desenvolvimento de recursos humanos ainda aguardam melhor formulação e solução. Faltam diretrizes gerais orientadoras, destinadas ao estabelecimento de eficiente política para formação profissional. É preciso que se observem princípios gerais já estabelecidos e válidos para o assunto, favorecendo-se a utilização de métodos adequados ao alcance dos fins esperados, levando-se em conta, ainda, as características do ambiente sócio-cultural, com suas acentuadas diferenças regionais.

A falta de estimativas e projeções das necessidades qualitativas e quantitativas de mão-de-obra e sua projeção a curto, médio ou longo prazo, não permitem que haja uma eficiente política de formação de recursos humanos.

O aumento da potencialidade do homem, como criador, produtor de riquezas e consumidor de melhor categoria, relaciona-se com a importância que deve ser dada ao capital humano, atribuindo-se-lhe prioridade em relação ao capital físico. Assim, os recursos humanos serão mais bem aproveitados, na medida em que forem aperfeiçoados moral, intelectual e profissionalmente, por uma educação adequada.

O capital humano é, pois, insubstituível e imprescindível como força determinante do progresso das Nações.

É imperioso, portanto, que tanto as universidades como os demais setores da sociedade que se preocupam com a formação profissional, recebam maciços investimentos, a fim de que o progresso e o desenvolvimento se instalem definitivamente.

ECHENIQUE, V.L.L.B. Professional formation. *Semina*, Londrina, v. 11, n. 3, p. 150-153, set. 1990.

ABSTRACT

This paper presents a discussion about the professional training of qualified human resources and the role of the university in this kind of preparation considering the present developmental reality.

KEY-WORDS: *Higher education; Professional training.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - CUNHA, Sidney da Silva. Formação profissional e emprego em comércio e serviços. *Forum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 44-52, jul./set. 1984.
- 2 - KOK, Eimar. Universidades, institutos e empresas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 set. 1987. Caderno A.
- 3 - LIMA, Balina Bello. Mundo instável, homem contínuo, educação permanente. *Curriculum*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 17-36, jan./mar. 1974.
- 4 - OLIVEIRA, Irene Estevão. O que se deve pedir à escola. *Curriculum*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 5-8, out./dez. 1976.
- 5 - SANTO FILHO, José Camilo dos. Escopo da seletividade ao ensino superior. *Educação e Seleção*, São Paulo, n. 13, p. 19-29, jan./jun. 1986.
- 6 - VELLOSO, Jacques. Sociedade e trabalho: escola e produção. *Educação e Sociedade*, São Paulo, n. 7, p. 141-157, set. 1980.

Data de recebimento 15/2/91

Data de aprovação 20/3/91